



Pesquisa participativa com adolescentes no campo da saúde mental: uma revisão de literatura

Participatory research with adolescents in the field of mental health: a literature review

Flávia Arantes Táparo (orcid.org/0000-0003-2235-2747)¹

Larissa Bueno Placeres (orcid.org/0000-0003-0043-1743)²

Isabela Aparecida de Oliveira Lussi (orcid.org/0000-0003-3632-5539)³

Maria Fernanda Barboza Cid (orcid.org/0000-0002-0199-0670)⁴

Resumo

Ainda que escassas, pesquisas que abordam a saúde mental de adolescentes no Brasil e no mundo sinalizam o aumento do sofrimento psíquico nessa população e a urgência de investimento em políticas públicas que considerem suas especificidades. Nessa direção, as metodologias participativas têm sido consideradas potentes, na medida em que consideram a voz dos adolescentes na produção de conhecimento sobre si mesmos. Este estudo visou identificar e analisar relatos de pesquisas participativas com adolescentes no campo da saúde mental; para isso, realizou-se revisão sistemática de literatura nas bases de dados Scopus, SciELO e PubMed buscando artigos publicados entre 2008 e 2018. Doze artigos foram selecionados, sendo que um deles focalizou avaliar o processo metodológico participativo adotado, e os demais usaram a pesquisa participativa para atingir objetivos relacionados ao desenvolvimento de programas de intervenção pautados na valorização da expressão dos adolescentes. Observou-se que em apenas três estudos os adolescentes participaram ativamente do processo de produção e análise de dados da pesquisa, sendo mais comum que participassem somente da produção dos dados. Os resultados indicaram que, embora desafiadoras, as pesquisas participativas são potentes no avanço da produção de conhecimento significativo sobre a adolescência no contexto da saúde mental, sendo sua utilização recomendada.

Palavras-chave: Saúde mental. Pesquisa participativa. Adolescentes. Adolescência.

Abstract

¹ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: flaviaarantestaparo@gmail.com

² Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: larissa.placeres@hotmail.com

³ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. E-mail: bellussi@ufscar.br

⁴ Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.. E-mail: mariafernanda@ufscar.br

Although scarce, studies on the mental health of adolescents in Brazil and in the world show the increase in psychological distress in this population and the urgency to invest in public policies that acknowledge their specificities. In this sense, participatory methodologies have been considered powerful, since they consider the voice of adolescents in the production of knowledge about themselves. This study aimed to identify and analyze reports of participatory research with adolescents in the field of Mental Health. A systematic literature review was performed, searching for articles published from 2008 to 2018 in the Scopus, SciELO, and PubMed databases. In total, 12 articles were selected, one of which evaluating the adopted participatory methodological process and the others used participatory research to achieve objectives related to the development of intervention programs based on valuing adolescents' expression. Adolescents actively participated in the process of producing and analyzing research data in only three studies. Participation only in data production was more common. Results showed that, although challenging, participatory research is powerful for advancing the production of significant knowledge about adolescence in the context of mental health, and its use is recommended.

Keywords: mental health; participatory research; adolescents; adolescence.

O campo da saúde mental brasileira, historicamente, tem se voltado mais à atenção da população adulta. É recente a atenção e a investigação voltadas à saúde mental infantojuvenil (Couto, Duarte, & Delgado, 2008; Taño & Matsukura, 2015; Silva, 2016). Conforme apontam Couto e colaboradores:

Na população de crianças e adolescentes, os tipos de transtorno, principais fatores de risco e de proteção, estratégias de intervenção e organização do sistema de serviços têm especificidades que não podem ser contempladas pela simples extensão das estratégias de cuidado da população adulta à população infantil e juvenil. Tais especificidades tendem a permanecer invisíveis na agenda mais geral das políticas de saúde mental, requerendo, assim, a proposição de uma agenda política específica. (Couto *et al.*, 2008, p. 391).

Segundo Ramires, Passarini, Flores e Santos (2009), diferentes problemáticas relacionadas à experiência do sofrimento psíquico, tais como transtornos alimentares, comportamentais e de ansiedade, além do uso abusivo de álcool e outras drogas, são indicadas como as mais comuns entre adolescentes, o que corrobora a urgência de políticas públicas de promoção e prevenção no âmbito da saúde mental para essa população.

Para atender a demandas relacionadas ao sofrimento psíquico intenso de crianças e adolescentes, foram criados os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis – Capsi (Taño

& Matsukura, 2015). Estudo realizado nos Capsi do estado de São Paulo no momento de consolidação desses equipamentos aponta que a população predominante nesses centros é de adolescentes do sexo masculino (Reis, Delfini, Dombi-Barbosa, & Oliveira, 2010). Entretanto, alguns autores versam sobre as dificuldades e barreiras quanto à permanência e inserção de tal população nesses espaços de cuidado, em decorrência do processo histórico de atenção à saúde mental infantojuvenil, e de ações caracterizadas pela psiquiatrização e patologização dos casos, pela escassez de planos mais elaborados para as situações mais complexas e por práticas descontextualizadas e punitivas (Amstalden, Hoffman, & Monteiro, 2010; Brasil, 2005; Couto & Delgado, 2010; Rossi, Marcolino, Speranza, & Cid, 2019).

Segundo Luckow e Cordeiro (2017), problemas cotidianos dos adolescentes tendem a ser considerados questões biológicas, comportamentais e individuais. Isso fortalece o processo de medicalização, naturaliza as desigualdades e a culpabilização do adolescente, além de ocultar as discriminações e os diversos fenômenos sociais presentes nos contextos em que eles circulam.

Galhardi e Matsukura (2018), em estudo realizado com adolescentes de um Caps álcool e drogas, objetivaram compreender como era o cotidiano em relação ao uso de drogas, na perspectiva dos próprios adolescentes. Os resultados apontaram que os jovens consideram o Caps AD como um local importante, porém limitado, no que diz respeito ao cuidado e à atenção voltados a si próprios, e que experimentam situações de desengajamento e exclusão em diversos contextos e momentos da vida. As autoras enfatizam que a contribuição do estudo está especialmente em escutar os adolescentes e se propor a compreender suas demandas sob seu próprio ponto de vista.

Estudo de Rossi *et al.* (2019) consistiu em uma pesquisa que teve como objetivo identificar com cinco adolescentes inseridos em um Capsi suas histórias relacionadas à vivência da crise em saúde mental. Os resultados indicaram que os adolescentes reconhecem a vivência da crise de maneira individualizada, associando-a a sintomas depressivos, ideação e tentativa de suicídio, e que as principais queixas estão nas relações entre pares e nos contextos familiares, vistos como possíveis desencadeadores das crises. As dificuldades no processo de cuidado se referiram à adesão ao tratamento, participação em espaços coletivos de cuidado e resistência à medicação. Os dados do estudo apontam

para a importância dos espaços de escuta e participação ativa dos adolescentes, no que diz respeito às ações eficazes de cuidado integral e singular, neste e em outros serviços.

Em âmbito internacional, Carceller–Maicas (2018), em estudo realizado na Espanha, tratou sobre a análise do sofrimento adolescente por meio de entrevistas e narrativas dos próprios jovens participantes. A análise das narrativas permitiu identificar semelhanças e diferenças entre a nosologia profissional clínica e a nosologia leiga juvenil, além de apontar que as altas taxas de evasão nos serviços de saúde podem estar relacionadas com o fato de os profissionais considerarem como patológicos muitos aspectos que os próprios adolescentes avaliam estar entre os limites da normalidade. A autora observou, entre outros aspectos, que as narrativas consistem em uma estratégia de democratização do saber, pois consideram os discursos leigos e a subjetividade dos adolescentes, e não apenas o saber biomédico. A autora também chama a atenção para a importância de se propor a ouvir os adolescentes e o modo como percebem, sentem e vivem o mal-estar, a fim de compreender a complexidade do sentir e do adoecer subjetivos.

A partir do exposto, observa-se uma escassez na literatura de pesquisas que focalizam a saúde mental de adolescentes de forma geral e, mais especificamente, utilizando-se de metodologias que promovam participação, que se abram para ouvir e considerar a voz do adolescente, suas opiniões, desejos e necessidades (Fernandes & Matsukura, 2015; Rossi *et al.*, 2019; Silva, Cid, & Matsukura, 2018). Nesse sentido, alguns autores apontam as pesquisas do tipo participativas como potentes para fomentar a participação ativa do adolescente, proporcionando envolvimento e planejamento conjunto, desde a escolha da questão da pesquisa, seu delineamento, produção e análise de dados e compartilhamento de resultados (Barnsley & Ellis, 1992; Smith, Willms, & Johnson, 1997).

Segundo Haguette (2010), as pesquisas participativas originam-se na Psicologia Social de Kurt Lewin e têm como proposta questionar as pesquisas tradicionais, no sentido de propor a efetiva participação do pesquisador no meio pesquisado. Alguns autores têm utilizado internacionalmente o termo Pesquisa Inclusiva para denominar a pesquisa participativa realizada com sujeitos que experienciam situações de exclusão social. A proposta dos autores é que crianças, pessoas com deficiências e/ou com experiência de sofrimento psíquico, entre outros, também possam se envolver de forma ativa na realização

das pesquisas sobre elas mesmas, buscando propiciar espaços democráticos e emancipatórios, também, nos processos de produção de conhecimento (Nind, 2014, Parrilla, Martínéz, & Asorey, 2018).

Nessa direção, o presente estudo pretende contribuir, na medida em que direciona luz ao que tem sido produzido com adolescentes no campo da saúde mental, por meio de pesquisas participativas, o que poderá disparar a emergência de elementos que subsidiem a reflexão sobre estratégias que possam promover a participação, a autonomia e o empoderamento de adolescentes nos âmbitos da saúde mental e da produção de conhecimento. Dessa forma, teve como objetivos identificar e analisar, na literatura nacional e internacional, relatos de pesquisas participativas com adolescentes no campo da saúde mental.

Método

Realizou-se revisão sistemática de literatura, nas bases de dados Scopus, SciELO e PubMed. Como descritores, foram utilizados: *mental health*, *adolescen**, *teenag**, *participatory research*, *participative research* e *community based participatory research*, combinados da seguinte forma: (“*mental health*”) AND (*adolescen** OR *teenag**) AND (“*participative research*” OR “*participatory research*” OR “*community based participatory research*”).

Antes de prosseguir, cabem, aqui, duas observações. A primeira se refere aos termos *participative research* e *community based participatory research*, que também foram incluídos na busca. As autoras compreendem que os termos “pesquisa participativa” e “pesquisa participante”, apesar de terem diferenças conceituais, preveem a participação democrática e ativa do sujeito-alvo no processo de produção de conhecimento (Nind, 2014). Assim, a escolha de utilização de ambos os termos como palavras-chave consistiu na tentativa de ampliação do enquadramento do material na temática referida. A segunda observação se refere ao fato de que, na base de dados SciELO, o descritor *mental health* não foi utilizado, pois tornava a busca muito restrita, não sendo encontrado nenhum resultado.

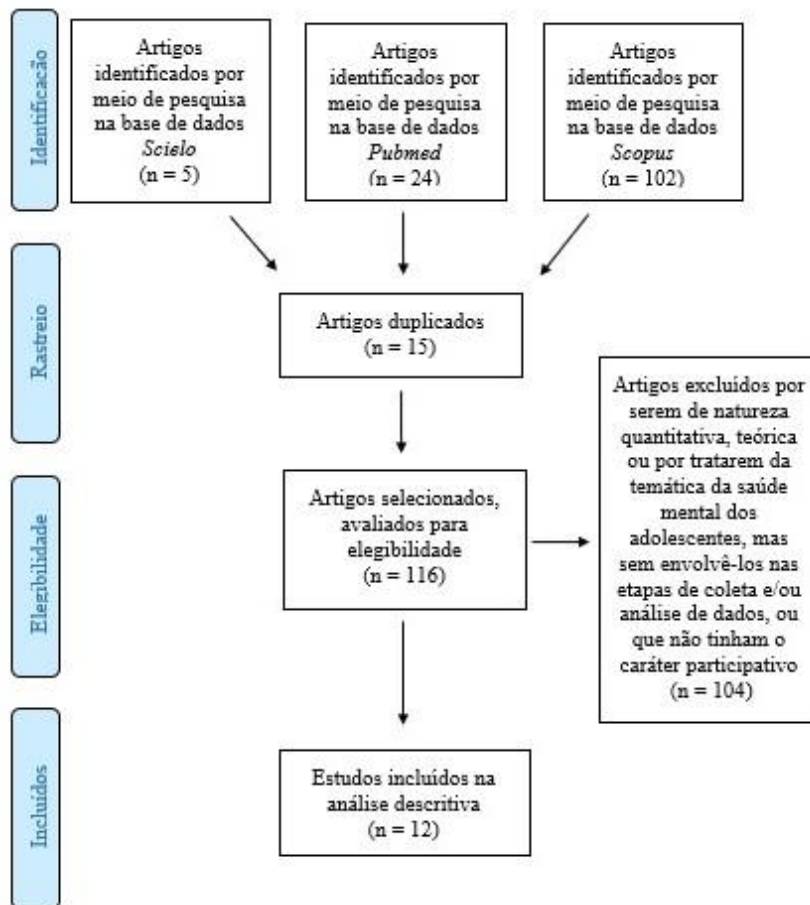
Foram adotados os seguintes critérios de seleção: a) que os descritores estivessem presentes no título e/ou resumo dos artigos; b) publicações dos últimos dez anos (2008 a 2018); e c) que os manuscritos estivessem escritos em inglês, português ou espanhol. Após as buscas, as pesquisadoras procederam, individualmente, à leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados e selecionaram os que se enquadravam no propósito do estudo.

Foram incluídos artigos que tratavam de relatos de pesquisas participativas realizadas no contexto da saúde mental, cujos participantes tinham entre dez e 19 anos. Foram excluídos artigos de natureza quantitativa, teórica ou que tratavam da temática da saúde mental dos adolescentes, mas sem envolvê-los em uma ou mais etapas do estudo. Por se tratar de uma revisão de literatura internacional, foi utilizado como referência a Organização Mundial de Saúde (OMS), que aponta como adolescência o período de dez a 19 anos. Em um segundo momento, as pesquisadoras confrontaram as análises e buscaram a concordância na seleção dos artigos, a fim de garantir o rigor metodológico.

Finalizada a seleção dos artigos, estes foram lidos na íntegra e analisados de forma descritiva, por meio de métodos quantitativos e qualitativos, a partir de um protocolo de análise desenvolvido pelas pesquisadoras, contendo itens como: ano da publicação, área do periódico, país de origem da pesquisa, objetivos da pesquisa e aspectos metodológicos adotados.

Resultados e discussão

Na Figura 1, apresenta-se um fluxograma ilustrativo das etapas percorridas e dos resultados obtidos na presente revisão de literatura.

Figura 1. Fluxograma: esquema metodológico para a seleção dos artigos

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os 12 artigos selecionados apresentam-se no Quadro 1.

Quadro 1. Artigos selecionados após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão

Título	Ano de Publicação	Autores/as
Using Photovoice to examine adolescents' experiences receiving mental health services in the United States.	2018	Carolina Velez-Grau.
Young people, mental health practitioners and researchers co-produce a Transition Preparation Programme to improve outcomes and experience for young people leaving Child and Adolescent Mental Health Services (CAMHS).	2017	Valerie Dunn.
Prioritizing young people's emotional health support needs via participatory research.	2017	Sarah Kendal, Linda Jane Milnes, Hannah Welsby, Steven Pryjmachuk + Coautores.
Addressing Health Disparities in the Mental Health of Refugee Children and Adolescents Through Community-Based Participatory Research: A Study in 2 Communities.	2015	Theresa S. Betancourt, Rochelle Frounfelker, Tej Mishra, Aweis Hussein, Rita Falzarano.
Lessons Learned from a Community-Based Participatory Research Mental Health Promotion Program for American Indian Youth.	2015	Sarah E. Langdon, Shannon L. Golden, Elizabeth Mayfield Arnold, Rhonda F. Maynor, Alfred Bryant, V. Kay Freeman, Ronny A. Bell.
Psychosocial characteristics and service needs of Canadian suburban male youth at risk for homelessness.	2015	Julie L. Wershler, Scott T. Ronis.
Youths as partners in a community participatory project for substance use prevention.	2015	Pamela A. Kulbok, Peggy S. Meszaros, Donna C. Bond, Esther Thatcher, Eunhee Park, Monica Kimbrell, Tracey Smith-Gregory.
The development and implementation of theory-driven programs capable of addressing poverty-impacted children's health, mental health and prevention needs: CHAMP and CHAMP+, evidence-informed, family-based interventions to address HIV risk and care.	2014	Mary McKernan McKay, Stacey Alicea, Laura Elwyn, Zachary R. B. McClain, Gary Parker, Latoya A. Small, Claude Mellins.
User-generated quality standards for youth mental health in primary care: A participatory research design using mixed methods.	2014	Tanya Graham, Diana Rose, Joanna Murray, Mark Ashworth, André Tylee.
The use of concept mapping to identify community-driven intervention strategies for physical and mental health.	2013	Lisa Vaughn, Farrah Jacquez, Dan McLinden.
The SANTA project (students against nicotine and tobacco addiction): Using community-based participatory research to reduce smoking in a high-risk young adult population.	2011	Tai Mendenhall, Peter Harper, Heather Stephenson, G. Santo Haas.
Utilizing community-based participatory research to adapt a mental health intervention for African American emerging adults.	2010	Gishawn Mance, Benjamin Byrd, Darius Tandon, Tamar Mendelson, Jahon Jones.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir da análise dos manuscritos selecionados, foi possível observar que oito deles eram estudos que foram desenvolvidos nos Estados Unidos, três no Reino Unido e um no

Canadá. Tais achados chamam a atenção para o quanto as pesquisas de natureza participativa com adolescentes ainda parecem incipientes em nível mundial, além de se concentrarem em países de língua inglesa e onde a ciência e a produção de conhecimento ocupam um espaço de valor importante, ainda que, em termos de política de saúde mental, pouco tenham avançado no que se refere, especialmente, às políticas de cuidado à saúde mental de crianças e jovens (Patel, Flisher, Hetrick, & McGorry, 2007; Rossi *et al.*, 2019).

Acerca disso, Chambers, Pringle e Juliano-Bult (2012) descreveram algumas iniciativas de pesquisas patrocinadas pelo National Institute of Mental Health (NIMH), nos EUA, destinadas a promover parcerias entre pesquisadores e a comunidade. Segundo os autores, a literatura tem apontado para uma grande demanda em saúde mental de crianças e adolescentes que continuam sem ter suas necessidades atendidas. Consoante Chambers *et al.* (2012), essa disparidade entre a necessidade de serviços de saúde mental e a efetiva utilização dos serviços por jovens aponta para a importância de serem pensadas novas estratégias de ação e novas abordagens de pesquisa, entre as quais se destacam aquelas que envolvem os membros interessados.

No contexto brasileiro, com a chegada dos anos 2000, observava-se uma tendência de valorização à participação de adolescentes nos contextos de assistência, como disposto em documento que aborda a saúde integral de adolescentes e jovens, elaborado pelo Ministério da Saúde, em 2007. Segundo o referido documento:

Deve-se propiciar oportunidades, encorajamento e apoio para que os adolescentes e os jovens se mobilizem, definam suas próprias prioridades e atuem em prol da comunidade ou da causa que elegeram. A participação juvenil é uma estratégia eficaz de promoção do desenvolvimento, uma vez que fortalece a auto-estima, a assertividade e a construção do projeto de vida. Nos serviços de saúde, a participação ativa e autônoma de adolescentes e jovens no planejamento, na execução e na avaliação das ações contribui decisivamente para a eficácia, a resolução e o impacto social delas. (Brasil, 2007, p. 22).

Entretanto, nos últimos anos, o que se apresenta é uma política de desmonte progressivo das iniciativas para a participação popular no Brasil. Nesse sentido, destacam-se

a publicação de dois decretos recentes: o [Decreto n. 9.926, de 19 de julho de 2019](#), que **dispõe sobre a retirada da representação da sociedade civil, dentre outros grupos, do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad)**; e o [Decreto n. 10.003, de 4 de setembro de 2019](#), que **também dispõe sobre a retirada da representação da sociedade civil, eleita democraticamente**, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), principal órgão de defesa do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Considera-se, assim, que fomentar processos participativos, sejam eles no campo da assistência, sejam no da pesquisa, configura-se, além do estímulo ao avanço na produção de conhecimento, como forma de resistência aos movimentos antidemocráticos alavancados nos últimos anos. Proporcionar espaços para a participação demanda que outras estratégias de “escuta” sejam disponibilizadas e inventadas, levando em consideração as especificidades e potencialidades dos adolescentes, foco do presente estudo, o que leva o universo acadêmico/adulto a rever suas formas de interação e relação com essa população. Sinaliza-se, portanto, a necessidade de mais investigações que se desafiem a compartilhar o processo científico com essa população, no sentido de avançar na identificação e na compreensão de elementos que, de fato, subsidiem práticas mais inclusivas e efetivas.

Vale, ainda, reforçar essa sinalização pela ausência observada no presente estudo de publicações advindas não só no Brasil, mas de toda a América Latina. Sobre isso, ainda que não seja foco deste estudo aprofundar na análise das produções advindas dos diferentes continentes, hipotetiza-se que a discussão em torno da saúde mental de crianças e adolescentes, as formas de cuidado projetadas pelos diferentes países e sua articulação com a produção de conhecimento nesse campo seja, ainda, um desafio a ser explorado. Destarte, mais estudos que possam focalizar a América Latina, tanto no que se refere à forma como tem se dado o cuidado em saúde mental infantojuvenil quanto ao que tem sido produzido de conhecimento nesse campo, são fundamentais para a maior compreensão da ausência identificada nesta pesquisa.

Com relação ao ano em que os estudos foram publicados, observou-se que quatro deles foram publicados em 2015, dois em 2014, dois em 2017 e um em cada um dos anos de 2010, 2011, 2013 e 2018. Quanto às áreas dos periódicos nos quais os artigos foram

publicados, observa-se concentração expressiva advinda das áreas da saúde e saúde mental – nove artigos.

Esse resultado corrobora a literatura da área, que aponta que pesquisas participativas baseadas na comunidade, a qual será discutida adiante, têm se tornado mais popular e ganhado mais destaque no meio científico a partir dos anos 2000, especialmente nos contextos de maior vulnerabilidade social e da saúde, sendo reconhecida como importante estratégia para melhorar o cuidado oferecido pelos serviços de saúde (Jacquez, Vaughn, & Wagner, 2013; Soleimanpour, Brindis, Geierstanger, Kandawalla, & Kurlaender, 2008; Vaughn, Wagner, & Jacquez, 2013b).

Vaughn *et al.* (2013b) realizaram revisão de literatura que tinha como objetivo analisar estudos publicados nas bases de dados PubMed, Scopus e Web of Science que utilizavam abordagem de pesquisa participativa baseada na comunidade na temática da saúde infantil, bem como destacar os benefícios e barreiras nesse tipo de pesquisa. Os autores identificaram um total de 34 estudos sobre as mais diversas temáticas relacionadas à saúde de crianças e adolescentes, em todos a população infantojuvenil teve participação ativa no processo de pesquisa. Consoante Vaughn *et al.* (2013b), todos os artigos que retratavam o envolvimento substancial dos jovens evidenciaram o empoderamento dos participantes, bem como a expressão de habilidades de liderança e grande interesse por participar de pesquisas em saúde e intervenções em saúde comunitária.

Da mesma forma, os estudos encontrados na presente investigação parecem apostar na potência dos espaços de escuta oferecidos à população adolescente, como forma de permitir o reconhecimento de suas percepções e demandas e fornecer pistas para ações assistenciais (predominantemente de saúde) mais contextualizadas. Isso indica que a melhor compreensão das influências socioculturais e contextuais na saúde e o maior conhecimento das perspectivas e experiências de seu público-alvo auxilia na promoção de acesso das populações mais vulneráveis, que costumam ser sub-representadas nos estudos mais tradicionais (Dias & Gama, 2014; Wallerstein & Duran, 2006).

Isso pode ser observado, também, na análise dos objetivos dos estudos selecionados, no qual foi possível identificar quatro categorias temáticas, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2. Temáticas originadas pela análise dos objetivos dos estudos selecionados

Objetivos	Referências
Construir uma proposta de ação ou intervenção com adolescentes envolvendo o cuidado em saúde mental	Mance, Mendelson, Byrd, Jones & Tandon, 2010; Mendenhall, Harper, Stephenson & Santo Hass, 2011; Vaughn, Jacquez & McLinden, 2013; McKay et al., 2014; Kulbok et al., 2015; Dunn, 2017; Kendal, Milnes, Welsby & Prymachuk, 2017
Favorecer a expressão de adolescentes a respeito de suas opiniões, dificuldades, potencialidades, serviços que frequentam, escolhas	Mendenhall, Harper, Stephenson & Santo Hass, 2011; Graham, Rose & Murray, 2014; Betancourt, Frounfelker, Mishra, Hussein & Falzarano, 2015; Kulbok et al., 2015; Wershler & Ronis, 2015; Kendal, Milnes, Welsby & Prymachuk, 2017; Velez-Grau, 2018
Oportunizar que profissionais que trabalham com a população adolescente escutassem e conhecessem o que eles tinham a dizer	Velez-Grau, 2018
Avaliar a abordagem de pesquisa participativa com jovens no processo de construção de uma ação em saúde mental	Langdon et al., 2015

Fonte: Elaborado pelas autoras.

É possível observar que, com exceção de um único artigo que focalizou avaliar o processo metodológico participativo, todos os outros usaram a pesquisa participativa como meio para atingir objetivos relacionados ao desenvolvimento de programas de intervenção pautados na valorização da expressão dos jovens ou abrir espaços de escuta ativa, visando à produção de um conhecimento mais significativo. Desse modo, foi dado espaço para que os jovens pudessem falar a respeito de suas demandas, expressarem suas próprias perspectivas sobre o que os serviços disponíveis oferecem como cuidado em saúde mental, possibilitando que tal cuidado pudesse ser construído de maneira conjunta com os adolescentes.

De acordo com os autores, essa forma de pesquisa possibilitou que os pesquisadores e clínicos compreendessem a experiência de vida dos adolescentes fora do ambiente de tratamento e os possíveis causadores de seus problemas, gerando estratégias específicas para lidar com suas demandas, implementar intervenções planejadas de maneira associada e desenvolver ações que as sustentem (Betancourt, Frounfelker, Mishra, Hussein, & Falzarano, 2015; Kendal *et al.*, 2017; Velez-Grau, 2018).

Partindo do princípio de que a alta prevalência de sofrimento psíquico entre os adolescentes é acompanhada por baixa adesão dessa população aos serviços de saúde mental, Carceller–Maicas (2018) indica que entender a forma como os adolescentes percebem, sentem e vivem o sofrimento, a partir de seu próprio ponto de vista, é um caminho para diminuir a evasão dos serviços. Esse diálogo democrático e aberto contribui sobremaneira para a compreensão, acolhimento e gerenciamento do sofrimento do adolescente, o que foi evidenciado nas pesquisas encontradas na presente revisão.

É importante frisar que, na participação ativa dos adolescentes, também é necessário, como pontua Taño (2014), que os profissionais e serviços considerem, nos processos de cuidado, arranjos intersetoriais, atendimentos familiares e construção de controle social efetivo. Patel *et al.* (2007) sinalizam, ainda, para a criação de um modelo de cuidado que seja focado na juventude, sendo capaz de integrar a saúde mental dos jovens com outras questões de saúde e bem-estar dessa população, permitindo que estes cumpram seus papéis e possam contribuir para a sociedade de modo geral.

Quanto aos aspectos metodológicos, a leitura dos artigos selecionados permitiu identificar duas temáticas de análise, que serão apresentadas e discutidas a seguir.

Apresentação de fundamentação teórico–metodológica sobre pesquisa participativa

Entre os artigos selecionados, sete deles utilizam a Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade (Community Based Participatory Research – CBPR) como fundamentação metodológica de seus estudos (Betancourt *et al.*, 2015; Kulbok *et al.*, 2015; Langdon *et al.*, 2015; Mance, Mendelson, Byrd, Jones, & Tandon, 2010; Mendenhall, Harper, Stephenson, & Santo Haas, 2011; McKay *et al.*, 2014; Velez–Grau, 2018). Embora a análise dos artigos permita identificar diferentes referenciais para a Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade, de forma geral, ela é compreendida como uma abordagem colaborativa que permite ao público–alvo ter sua voz ouvida, podendo pensar de forma mais crítica e igualitária sobre as questões que o envolvem e em parceria com os pesquisadores, fazendo com que a comunidade seja ativa em várias etapas da pesquisa.

Entre os cinco artigos que não utilizam a CBPR como fundamentação metodológica de seus estudos, foi identificada a adoção de referenciais diversos para justificar a metodologia adotada, tais como: desenvolvimento de pesquisa participativa por meio de perspectiva artística e criativa (Dunn, 2017); pesquisa ação participativa (Wershler & Ronis, 2015) e a não adoção de uma linha teórica específica, argumentando o tipo de estudo com base nos benefícios da produção de conhecimento por meios mais ativos e democráticos com os participantes (Graham, Rose, Murray, Ashworth, & Tylee, 2014; Kendal *et al.*, 2017; Vaughn, Jacquez, & Wagner, 2013a).

Observa-se, assim, que independentemente do maior ou menor aprofundamento teórico-metodológico, os autores dos estudos apresentados demonstram claramente interesse em produzir dados com os adolescentes participantes nos estudos e não somente sobre eles, sendo essa a principal argumentação apresentada, posto que tais dados apresentam maior potencial para subsidiar práticas e, também, compreensões mais significativas a respeito de fatores relacionados à saúde mental dessa população.

Ressalta-se que, no presente estudo, foi adotado como critério de inclusão para seleção dos artigos que estes abordassem relatos de pesquisas participativas realizadas no contexto da saúde mental, necessariamente, com caráter participativo e envolvimento dos adolescentes em uma ou mais etapas do processo de pesquisa. Entretanto, a literatura da área chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, o termo CBPR é usado erroneamente pelos autores em estudos nos quais não há uma parceria efetiva dos membros da comunidade, mas uma mera condução da pesquisa no ambiente comunitário (Vaughn *et al.* 2013b).

Estudo de revisão realizado por Jacquez *et al.* (2013), sobre a realização de CBPR com jovens, encontrou 385 artigos, entre os quais 27% eram pesquisas realizadas em um ambiente comunitário e/ou descritas pelos autores como CBPR, porém sem caráter participativo, caracterizando-se como pesquisas tradicionais; e 10% descreveram projetos realizados em parceria com membros ou organizações da comunidade, contudo não contribuíram para o processo de investigação, mas trabalharam juntos como forma de facilitar a pesquisa que iria beneficiar a comunidade.

No presente estudo, foi possível verificar que, em todas as publicações encontradas, os adolescentes foram envolvidos em pelo menos uma fase da pesquisa, especialmente na produção de dados. Teóricos do campo da pesquisa participativa apontam que, considerando os desafios na implementação de pesquisas mais democráticas e participativas, pode haver níveis de participação, de forma que o envolvimento ativo do público em todas as fases da investigação não é um critério para que a pesquisa seja considerada participativa (Nind, 2017; Parrilla *et al.*, 2018). Isso pôde ser observado nos estudos encontrados e será mais bem descrito na apresentação da segunda temática de análise dos aspectos metodológicos, a seguir.

Nível de participação dos adolescentes nas etapas da pesquisa

Com relação ao envolvimento dos adolescentes nas etapas da pesquisa, a análise dos artigos selecionados indicou que, em apenas três estudos, os adolescentes participaram ativamente de duas etapas da pesquisa, ou seja, dos processos de coleta e análise dos dados (Betancourt *et al.*, 2015; Kendal *et al.*, 2017; Mendenhall *et al.*, 2011). Em cinco pesquisas, o envolvimento dos adolescentes se restringiu ao processo de coleta de dados (Langdon *et al.*, 2015; Mance *et al.*, 2010; McKay *et al.*, 2014; Vaughn *et al.* 2013a; Wershler & Ronis, 2015). Quanto à etapa de análise dos dados, observou-se que em apenas quatro artigos os adolescentes participaram desse processo, sendo que em metade deles – dois estudos – a participação dos adolescentes foi parcial (Dunn, 2017; Graham *et al.*, 2014; Kulbok *et al.*, 2015; Velez-Grau, 2018).

Tais resultados vão ao encontro dos obtidos por Jacquez *et al.* (2013). A revisão de literatura desses autores teve, entre outros objetivos, identificar a frequência com que crianças e adolescentes são incluídos como parceiros no processo de pesquisa e qual o papel deles na investigação. Entre os artigos encontrados que, de fato, se tratavam de CBPR – a saber, 42% do total de 385 artigos –, 15% eram pesquisas realizadas com crianças e/ou adolescentes membros da comunidade. Desses estudos, os autores observaram que, na maior parte, as crianças e jovens participaram dos processos de identificação de necessidades, prioridades e objetivos da pesquisa (77%) e na condução da pesquisa (85%).

Em contrapartida, observou-se que a menor participação de crianças e jovens se deu tanto no processo de análise dos dados obtidos (54%) quanto na divulgação do estudo (52%) (Jacquez *et al.*, 2013).

Esses dados suscitam discussão a respeito dos desafios da implementação de pesquisas participativas, de forma geral. Alguns teóricos têm sinalizado que, do processo de fazer esse tipo de pesquisa, emergem dificuldades relacionadas aos procedimentos de sistematização do conhecimento e, especialmente, de análise compartilhada dos dados. Dessa forma, alguns autores têm defendido que, ainda que não seja possível que todas as etapas da investigação de fato aconteçam com a população-alvo, os pesquisadores devem buscar, ao menos, possibilitar que os dados sejam produzidos de forma participativa, envolvendo, ao máximo, os sujeitos no processo e dando visibilidade acessível aos produtos gerados (Nind, 2011; Noell, Díaz, Suñé, & Rovira, 2016).

Richards e Yearwood (2010) apontam para a importância de evitar modelos de investigação “de cima para baixo” e adotar princípios de coaprendizado, capacitação, benefício mútuo e comprometimento de longo prazo com crianças e jovens com experiências de sofrimento psíquico e demais grupos historicamente marginalizados. Segundo os autores, ao passo que as partes interessadas da comunidade são chamadas a assumirem papéis de liderança mais robustos no processo de pesquisa, os pesquisadores acadêmicos são desafiados a implementarem um modelo mais complexo de investigação que, embora desafiador, traz inúmeros benefícios, na medida em que estão comprometidos com a transformação social.

Nind (2011) sugere que, por mais difícil que seja realizar a efetiva inclusão das pessoas no processo da pesquisa, elas não devem tornar-se invisíveis para os pesquisadores acadêmicos. De acordo com a autora, o caminho para a transformação e para o avanço prevê a existência de desafios e riscos que devem ser vivenciados.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo identificar e analisar, na literatura nacional e internacional, relatos de pesquisas participativas com adolescentes no campo da saúde

mental. Foram selecionadas 12 publicações, todas de origem internacional, as quais se propuseram a produzir conhecimento com adolescentes no campo da saúde mental; ora buscando, especialmente, viabilizar a expressão desses jovens a respeito de questões específicas, ora visando à produção de estratégias mais efetivas de assistência a essa população.

Pode-se concluir que as pesquisas avançam na produção de dados sobre a adolescência no contexto da saúde mental, especialmente ao lançar mão de estratégias que facilitam ou possibilitam a expressão dos adolescentes sobre suas vivências, visões e avaliações. Entretanto, observa-se que pesquisas dessa natureza são incipientes e demandam mais práticas para que os desafios sejam superados e o processo de inclusão de fato ocorra.

Quanto à participação dos jovens nesse processo, esta parece se dar, em sua maioria, durante a produção e coleta de dados, sendo a análise destes um dos principais desafios na abordagem participativa. Discutiu-se, a partir de tais dados, que estudos que se disponibilizem a avançar nas propostas mais democráticas e participativas de produção de conhecimento são necessários, no sentido de que ampliam os espaços de participação e de exercício da cidadania, além de promoverem a identificação de elementos que, de fato, contribuem para o desenvolvimento de estratégias de assistência verdadeiramente comprometidas com a realidade dessas populações.

Nessa direção, ressalta-se a necessidade de estudos nacionais que supram essa demanda, considerando, especialmente, a clara articulação da forma de fazer a pesquisa participativa com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e da atual Política de Saúde Mental brasileira.

Referências

Amstalden, A. L. F., Hoffmann, M. C. C. L., & Monteiro, T. P. M. (2010). A política de saúde mental infanto-juvenil: seus percursos e desafios. In E. Lauridsen-Ribeiro & O. Y. Tanaka (Orgs.). *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS* (pp. 33-45). São Paulo: Hucitec.

- Barnsley, J., & Ellis, D. (1992). *Research for Change: Participatory Action Research for Community Groups*. Vancouver, British Columbia: Women's Research Centre.
- Betancourt, T. S., Frounfelker, R., Mishra, T., Hussein, A., & Falzarano, R. (2015). Addressing Health Disparities in the Mental Health of Refugee Children and Adolescents through Community-Based Participatory Research: A Study in 2 Communities. *American Journal of Public Health, 105*(Suppl 3), S475–S482. Doi: 10.2105/AJPH.2014.302504.
- Brasil. (2005). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil*. Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde.
- Brasil. (2007). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Saúde integral de adolescentes e jovens: orientações para a organização de serviços de saúde* (1a ed.). Brasília/DF: Editora do Ministério da Saúde.
- Carceller-Maicas, N. (2018). Mundos vitales de palabras: análisis del sufrimiento adolescente mediante narrativas de malestar. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 16*(1), 269–283. Doi: <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.16116>.
- Chambers, D. A., Pringle, B., & Juliano-Bult, D. (2012). Connecting Science and Practice in Child and Adolescent Mental Health Services Research. *Adm Policy Ment Health, 39*(4), 321–326. Doi: 10.1007/s10488-011-0399-z.
- Couto, M. C. V., & Delgado, P. G. G. (2010). Intersetorialidade: exigência da clínica na atenção psicossocial. In E. Lauridsen-Ribeiro & O. Y. Tanaka (Orgs.). *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS* (pp. 217–279). São Paulo: Hucitec.
- Couto, M. C. V., Duarte, C. S., & Delgado, P. G. G. (2008). A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. *Brazilian Journal of Psychiatry, 30*(4), 384–389. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462008000400015>.
- [Decreto n. 9.926, de 19 de julho de 2019. \(2019\)](#). Dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Diário Oficial da União, Brasília.
- [Decreto n. 10.003, de 4 de setembro de 2019. \(2019\)](#). Altera o [Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018](#), para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília.

- Dias, S., & Gama, A. (2014). Investigação participativa baseada na comunidade em saúde pública: potencialidades e desafios. *Rev Panam Salud Pública, 35*(2), 150–154. Recuperado de http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892014000200010.
- Dunn, V. (2017). Young People, Mental Health Practitioners and Researchers Co-Produce a Transition Preparation Programme to Improve Outcomes and Experience for Young People Leaving Child and Adolescent Mental Health Services (CAMHS). *BMC Health Services Research, 17*(1), 293. Doi:10.1186/s12913-017-2221-4.
- Fernandes, A., & Matsukura, T. S. (2015). Adolescentes no Capsi: relações sociais e contextos de inserção. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 26*(2), 216–224. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i2p216-224>.
- Flicker, S. (2008). Who Benefits from Community-Based Participatory Research?: A Case Study of the Positive Youth Project. *Health Educ Behav, 35*(1), 70–86. Doi: 10.1177/1090198105285927.
- Galhardi, C. C., & Matsukura, T. S. (2018). O cotidiano de adolescentes em um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas: realidades e desafios. *Cad. Saúde Pública, 34*(3), e00150816. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00150816>.
- Graham, T., Rose, D., Murray, J., Ashworth, M., & Tylee, A. (2014). User-Generated Quality Standards for Youth Mental Health in Primary Care: A Participatory Research Design Using Mixed Methods. *BMJ Quality & Safety, 23*, 857–866. Doi:10.1136/bmjqs-2014-002842.
- Haguette, T. M. F. (2010). *Metodologias qualitativas na Sociologia* (12a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jacquez, F., Vaughn, L. M., & Wagner, E. (2013). Youth as Partners, Participants or Passive Recipients: A Review of Children and Adolescents in Community-Based Participatory Research (CBPR). *Am J Community Psychol., 51*(1–2), 176–189. Doi: 10.1007/s10464-012-9533-7.
- Kendal, S. E., Milnes, L., Welsby, H., Prymachuk, S., Shafeeah, C., Annaruth, D., Donnelly, C., Parkin, M., Raju, R., Shah, R., & Joy, W. (2017). Prioritizing Young People's Emotional

- Health Support Needs Via Participatory Research. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 24(5), 263–271. Doi: 10.1111/jpm.12373.
- Kulbok, P. A., Meszaros, P. S., Bond, D. C., Thatcher, E., Park, E., Kimbrell, M., & Smith-Gregory, T. (2015). Youth as Partners in a Community Participatory Project for Substance Use Prevention. *Family & Community Health*, 38(1), 3–11. Doi: 10.1097/FCH.0000000000000061.
- Langdon, S. E., Golden, S. L., Arnold, E. M., Maynor, R. F., Bryant, A., Freeman, V. K., & Bell, R. A. (2016). Lessons Learned from a Community-Based Participatory Research Mental Health Promotion Program for American Indian Youth. *Health Promotion Practice*, 17(3), 457–463. Doi: 10.1177/1524839916636568.
- Luckow, H. I., & Cordeiro, A. F. M. (2017). Concepções de adolescência e educação na atuação de profissionais do Capsi. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 393–403. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001432016>.
- Mance, G. A., Mendelson, T., Byrd, B., Jones, J. & Tandon, D. (2010). Utilizing Community-Based Participatory Research to Adapt a Mental Health Intervention for African American Emerging Adults. *Progress in Community Health Partnerships: Research, Education, and Action*, 4(2), 131–140. Doi: 10.1353/cpr.0.0112.
- McKay, M. M., Alicea, S., Elwyn, L., McClain, Z. R., Parker, G., Small, L. A., & Mellins, C. A. (2014). The Development and Implementation of Theory-Driven Programs Capable of Addressing Poverty-Impacted Children's Health, Mental Health, and Prevention Needs: CHAMP and CHAMP+, Evidence-Informed, Family-Based Interventions to Address HIV Risk and Care. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology: The Official Journal for the Society of Clinical Child and Adolescent Psychology, American Psychological Association, Division 53*, 43(3), 428–441. Doi:10.1080/15374416.2014.893519.
- Mendenhall, T., Harper, P., Stephenson, H., & Santo Haas, G. (2011). The Santa Project (Students Against Nicotine and Tobacco Addiction): Using Community-Based Participatory Research to Reduce Smoking in a High-Risk Young Adult Population. *Action Research*, 9(2), 199–213. Doi: <https://doi.org/10.1177/1476750310388051>.

- Nind, M. (2011). Participatory Data Analysis: A Step Too Far?. *Qualitative Research*, 11(4), 349–363. Doi: <https://doi.org/10.1177/1468794111404310>.
- Nind, M. (2014). *What Is Inclusive Research?*. London: Bloomsbury Academic.
- Nind, M. (2017). The Practical Wisdom of Inclusive Research. *Qualitative Research*, 17(3), 278–288. Doi: <https://doi.org/10.1177/1468794117708123>.
- Noell, J. F., Díaz, M. P., Suñé, M. V., & Rovira, C. P. (2016). Las personas con discapacidad intelectual como investigadoras. Debates, retos y posibilidades de la investigación inclusiva. *Empiria. Revista de metodología de ciencias sociales*, (33), 111–138. Doi: <https://doi.org/10.5944/empiria.33.2016.15866>.
- Parrilla, A., Martínéz, S. S., & Asorey, M. F. (2018). Lecciones esenciales sobre el trabajo en red inter-escolar. *Profesorado Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, 22(2). Doi: 10.30827/profesorado.v22i2.7714.
- Patel, V., Flisher, A. J., Hetrick, S., & McGorry, P. (2007). Mental Health of Young People: A Global Public-Health Challenge. *Lancet*, 369(9569), 1302–1313. Doi: 10.1016/S0140-6736(07)60368-7.
- Ramires, V. R. R., Passarini, D. S., Flores, G. G., & Santos, L. G. (2009). Fatores de risco e problemas de saúde mental de crianças. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(2), 1–14. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672009000200012&lng=pt&tlng=pt.
- Reis, A. O. A., Delfini, P. S. S., Dombi-Barbosa, C., & Oliveira, M. F. A. P. B. (2010). Crianças e adolescentes em sofrimento psíquico atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis. In E. Lauridsen-Ribeiro & O. Y. Tanaka (Orgs.). *Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS* (pp. 186–210). São Paulo: Hucitec.
- Richards, M., Yearwood, E. L. (2010). The Intersection of CBPR, Health Disparities, and Child and Adolescent Mental Health. *J Child Adolesc Psychiatr Nurs*, 23(1), 40–41. Doi: 10.1111/j.1744-6171.2009.00216.x.
- Rossi, L. M., Marcolino, T. Q., Speranza, M., & Cid, M. F. B. (2019). Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(3), e00125018. Doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00125018>.

- Silva, J. F. (2016). *Atenção Psicossocial de adolescentes: a percepção de profissionais da Atenção Básica e estratégia em Saúde Mental*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Silva, J. F., Cid, M. F. B., & Matsukura, T. S. (2018). Atenção psicossocial de adolescentes: a percepção de profissionais de um CAPSij. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(2), 329–343. Doi: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1081>.
- Smith, S., Willms, D., & Johnson, N. (Eds.). (1997). *Nurtured by Knowledge: Learning to do Participatory Action-Research*. Nova York: Apex Press.
- Soleimanpour, S., Brindis, C., Geierstanger, S., Kandawalla, S., & Kurlaender, T. (2008). Incorporating Youth-Led Community Participatory Research Into School Health Center Programs and Policies. *Public Health Reports*, 123(6), 709–716. Doi: 10.1177/003335490812300607.
- Taño, B. L. (2014). *Os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (Capsi) e as práticas de cuidado para as crianças e adolescentes em intenso sofrimento psíquico*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Taño, B. L., & Matsukura, T. S. (2015). Saúde mental infanto-juvenil e desafios do campo: reflexões a partir do percurso histórico. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, 23(2), 439–447. Doi: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAR0479>.
- Vaughn, L. M., Jacquez, F., & McLinden, D. (2013a). The Use of Concept Mapping to Identify Community-Driven Intervention Strategies for Physical and Mental Health. *Health Promotion Practice*, 14(5), 675–685. Doi: 10.1177/1524839912462871.
- Vaughn, L. M., Wagner, E., & Jacquez, F. (2013b). A Review of Community-Based Participatory Research in Child Health. *Matern Child Nurs J.*, 38(1), 48–53. Doi: 10.1097/NMC.0b013e31826591a3.
- Velez-Grau, C. (2018). Using Photovoice to Examine Adolescents' Experiences Receiving Mental Health Services in the United States. *Health Promotion International*, 34(5), 912–920. Doi: 10.1093/heapro/day043.
- Wallerstein, N., & Duran, B. (2006). Using Community-Based Participatory Research to Address Health Disparities. *Health Promot Pract.*, 7(3), 312–323. Doi: 10.1177/1524839906289376.

Wershler, J. L., & Ronis, S. T. (2015). Psychosocial Characteristics and Service Needs of Canadian Suburban Male Youth at Risk for Homelessness. *Children and Youth Services Review*, 55, 29–36. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.05.009>.

Recebido em: 12/4/2020

Aprovado em: 16/9/2020